Durante o Bloomber New Economy, evento da Bloomberg que ocorre em São Paulo nesta quarta-feira (23), Wesley Batista, da JBS (JBSS3), ressaltou a importância de líderes de empresas vocalizarem a necessidade de as duas principais potências mundias estarem em convergência.

“China e EUA são pontos centrais, precisam estar alinhados”, afirma Batista. “Quando a gente vê esses países aumentando as discordâncias, claro que isso é uma preocupação. A china é um cliente-chave para todos.”

O acionista da JBS (JBSS3) dividiu as falas com Ana Cabral, copresidente e CEO da Sigma Lithium Resources, e TH Jon M. Huntsman Jr., da Mastercard.

Publicidade

Está é a primeira vez que o Bloomberg New Economy acontece no Brasil – o encontro reúne destacados empreendedores e formadores de políticas para discutir os principais desafios empresariais e econômicos no mundo.

(Imagem: JBS/Divulgação)

Não são questões externas, mas, sim, entraves internos, como burocracia e custo de fazer negócios, que impendem o Brasil de avançar, avalia o empresário e sócio da JBS (JBSS3), Wesley Batista, em evento promovido pela Bloomberg, em São Paulo.

Batista, que ajudou a construir a gigante de proteínas e uma das maiores empresas do país, comparou o ambiente de negócios do Brasil com os Estados Unidos, onde a JBS opera e possui importante mercado.

VEJA MAIS: tudo o que você precisa saber sobre a temporada de balanços do 3T24 em um só lugar; confira

“Eu entendo exatamente que o custo que é fazer negócios no Brasil. É como estivéssemos remando na contracorrente. O nosso departamento jurídico nos EUA tem 10 pessoas, e que aqui 200”, destaca.

Apesar disso, o empresário afirma que o país está fazendo um ‘bom trabalho’ com as reformas. Porém, ressalta que ainda há muito o que fazer.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Brasil precisa conversar com todos

Batista também defendeu que o país precisa ‘conversar’ com todo mundo, incluindo a China e Rússia. Ele também expressou sua preocupação com as tensões entre os EUA e a potência asiática

“É preocupação global, especialmente no setor de alimentos, a China é um cliente chave. Vemos potencial em ambos mercados. Às vezes, o setor privado não tem o poder, mas devemos expressar nossa preocupação. Ter essa tensão entre China e Estados Unidos é ruim para o mercado inteiro”, afirmou.

Como fica o mercado brasileiro se Trump vencer? Confira o que esperar no Giro do Mercado desta quarta-feira (23) clicando aqui:

B20 Brasil reúne empresas e países-membros em São Paulo

10/23/2024 | ISTOÉ DINHEIRO ONLINE/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

Começa nesta quinta-feira (24), em São Paulo, o principal fórum do setor privado do G20, o Business 20 (B20) Brasil. O evento vai reunir líderes de empresas e dos governos dos países-membros para apresentar e discutir as recomendações listadas por sete forças-tarefas e o conselho de ação. A plenária se estende até a sexta-feira (25), aberta ao público e gratuita. As inscrições devem ser feitas no site do evento.

Segundo a organização, serão abordados os principais temas da presidência brasileira do G20, como o combate à fome e à pobreza, e a promoção de uma transição energética justa. Os temas definirão a lista final de recomendações quserá entregue à liderança do G20 na plenária geral do grupo, em novembro.

Os anfitriões do evento são presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban; o chair do B20 Brasil, Dan Ioschpe; e a sherpa do fórum empresarial, Constanza Negri. O encontro reunirá ainda os oito líderes das forças-tarefas do secretariado: CEOs Ricardo Mussa, da Raízen; Francisco Gomes Neto, da Embraer; Gilberto Tomazoni, da JBS; Paula Bellizia, da Ebanx; Luciana Ribeiro, da eB Capital; Fernando de Rizzo, da Tupy; além de Walter Schalka, membro do conselho da Suzano; e Claudia Sender, integrante de distintos conselhos de multinacionais.

Também participam os membros do conselho consultivo nacional e internacional do B20 Brasil, Luiza Trajano (Magalu), Christian Gebara (Vivo), Pedro Passos (Natura), Tânia Cosentino (Microsoft Brasil), Isaac Sidney (Febraban), Michael R. Bloomberg (Bloomberg) e Michael Miebach (Mastercard).

Os grupos de trabalho são formados por empresários do Brasil e estrangeiros que debatem, desde o início do ano, propostas de temas urgentes como Comércio e Investimento, Finanças e Infraestrutura, Emprego e Educação, Transição Energética e Clima, Transformação Digital, Integridade e Compliance, Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura, além do Conselho de ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios.

A Friboi é, pelo quarto ano consecutivo, a marca de carnes mais lembrada pelos brasileiros, segundo a pesquisa Top of Mind realizada pelo Instituto Datafolha. Além de conquistar o selo na categoria geral, a empresa foi destacada como a marca mais lembrada na nova categoria “churrasco”, reforçando sua presença nas mesas de um país apaixonado por essa tradição.

Anne Napoli, diretora de Marketing da Friboi, explica que o reconhecimento é fruto da confiança dos consumidores: “Sobretudo nos últimos 15 anos, houve uma grande evolução em termos de tecnologia, genética e processos fabris que nos permitiu alcançar um padrão de carne de excelência. Isso nos deu a oportunidade de oferecer ao mercado cortes diferenciados para cada momento de consumo”. Entre os produtos da Friboi, Anne destaca a linha Maturatta, com “cortes maturados perfeitos para churrasco”, e a 1953 Friboi, “para as ocasiões especiais”, com carne de raças europeias que proporcionam “mais marmoreio e experiência superior”.

O levantamento da pesquisa Top of Mind é feito com base em entrevistas presenciais e individuais com cerca de 8 mil pessoas em todo o Brasil. O método quantitativo capta a lembrança espontânea dos consumidores sobre as marcas mais presentes em seu dia a dia, oferecendo um panorama atualizado dos hábitos de consumo.

Com mais de seis décadas de atuação no mercado, a Friboi se destaca pela transformação do segmento de carnes bovinas, tornando a proteína animal um produto premium. A empresa, que já conquistou o selo “A Carne mais vendida no Brasil” pela consultoria Nielsen, também foi certificada pelo INPI como marca de Alto Renome. “A conquista do Top of Mind comprova que estamos no caminho certo e, ao mesmo tempo, aumenta nossa motivação para seguir inovando”, afirma Anne Napoli.

A Friboi segue firme em seu compromisso com a qualidade, a segurança alimentar e a sustentabilidade, monitorando seus fornecedores com tecnologias avançadas, como imagens de satélite e georreferenciamento. Esses esforços reforçam a confiança dos consumidores e mantêm a Friboi como líder de mercado, presente em mais de 150 países.

O post Friboi é a marca de carnes e de churrasco mais lembrada do Brasil apareceu primeiro em Revista Poder.

JBS abre vagas para trainees no Rio Grande do Sul

10/23/2024 | TERRA/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

A JBS, uma das maiores companhias de alimentos globais, está com 62 vagas de trainee disponíveis por meio do programa Jovens de Valor, sendo que 13 delas destinam-se a unidades da Seara no Rio Grande do Sul. As vagas abrangem as filiais localizadas em Caxias do Sul (Ana Rech e Desvio Rizzo), Montenegro, Passo Fundo, Seberi, Três Passos e Trindade do Sul. As inscrições para o programa estão abertas até 31 de outubro, oferecendo uma excelente chance para jovens profissionais que almejam se destacar como futuros líderes no setor produtivo da maior empresa de proteína animal do mundo.

Contar com profissionais bem qualificados é uma vantagem competitiva sustentável para a Seara a longo prazo. Nesse sentido, o programa Jovens de Valor tem como objetivo reforçar a Cultura JBS, incentivando uma mentalidade orientada para resultados, que combina gestão, conhecimento técnico e habilidades de liderança.

Durante o programa, os Jovens de Valor serão incentivados a desenvolver uma liderança humanizada, ampliar seu entendimento sobre os processos operacionais e aplicar práticas de gestão simples e eficientes. O foco é prepará-los para ocupar o cargo de Supervisor de Produção, construindo uma carreira sólida dentro da Seara. Dessa forma, o programa visa formar profissionais que compartilhem dos Valores e da Cultura JBS, se identifiquem com o negócio e desejem atuar no setor produtivo. Isso fortalecerá uma trajetória consistente, promovendo a realização profissional e contribuindo para o crescimento sustentável do agronegócio e da própria Seara.

Os pré-requisitos incluem ter um perfil de liderança, com foco em gestão de pessoas e processos, além de previsão de conclusão do curso até dezembro de 2024. As graduações aceitas são em Engenharias de Alimentos, Química ou Produção, Administração, Medicina Veterinária, Zootecnia ou Agronomia. É essencial que o candidato se identifique com o negócio da empresa e tenha interesse em atuar na produção, além de estar totalmente disponível para se mudar para qualquer região do Brasil. Para candidatos estrangeiros, é obrigatório possuir visto de trabalho no país. Experiência profissional na área pode ser um diferencial no processo seletivo.

Crédito @uffizicom

Para outras dúvidas, entrar em contato com nathalia.ferrari@uffizi.com.br

Seara apresenta kits comemorativos para "todos os gostos e tamanhos" de ceias

Facebook Tweet LinkedIn Email ShareThis

Por Editores de CarneTec Brasil em 24/10/2024

Com bolsas térmicas que mantêm a temperatura por até 16 horas, marca oferece 24 opções de kits, repletos de sabor, versatilidade e praticidade para todo os tipos de comemorações

A Seara apresenta seus kits comemorativos para o Natal 2024 em uma composição ainda mais diversificada, visando tornar as comemorações de fim de ano mais especiais e práticas, informou a empresa na sexta-feira (18). Além dos produtos, a marca inova na categoria com uma coleção de bolsas térmicas que acompanha os kits natalinos.

Desenvolvidas com design proprietário atemporal e material de alta resistência, as térmicas possuem fio poliéster 100% reciclável e rastreável, certificado pela Global Recycled Standard (GRS) – selo de certificação que garante que o material é proveniente de fontes recicladas. As bolsas também contam com um acabamento de alta performance, atribuindo ao material mais resistência, impermeabilidade e uma fácil limpeza. Além disso, têm uma alta tecnologia que mantém a temperatura por até 16 horas, garantindo a qualidade e integridade dos produtos congelados.

São 24 opções de kits pensados para os mais diferentes tipos de ceias, das maiores às menores famílias, oferecendo produtos de alto valor agregado que podem ser presenteados na época do fim do ano (Divulgação/JBS)

Parcerias

Outra novidade neste ano são as parcerias. O Kit Infantil, em colaboração com a Turma da Mônica, único do mercado voltado para o público infantil, traz uma estampa exclusiva da turminha mais querida do Brasil. Já o Kit Churras, em parceria com a Swift, vem acompanhado de uma bolsa, abridor de garrafa, espetinho bovino e a farofa gourmet da marca Santa Rita para dar um toque ainda mais especial.

Já para uma ceia gourmet, destaque para o Kit Magia de Natal, que apresenta o exclusivo Peru Defumado Seara Gourmet, o único do mercado que passa por um processo de defumação de mais de quatro horas, resultando em um sabor inigualável e com a bolsa exclusiva, segundo a marca. Há também o Kit Presenteie, que inclui o tradicional Peru com o Lombo, e o Kit Delícia de Natal, com o Fiesta na churrasqueira, uma exclusividade Seara, com tempero de vinho branco.

Para mais combinações clássicas de fim de ano, a Seara oferece ainda produtos com alto rendimento e variedade, até inovações. Entre as aves inteiras, estão o Fiesta Temperado e o Fiesta Mediterrâneo (com mix de ervas, tomate e cebola), com tempero exclusivo do mercado. A linha de suínos vem ainda mais completa com opções de Pernil Desossado Temperado, Lombo Temperado, Filé Mignon Suíno, Picanha Suína, Costela Suína e Linguiça Toscana.

Outras sugestões são os kits com opções de Seara Gourmet, como Pernil Temperado, Panceta com Ervas e Tomate, Costela Suína BBQ e Lombo Fatiado com Molho Barbecue, além de Linguiça Tipo Cuiabana. Os kits também podem ser compostos por itens da linha Incrível!, feitos com proteína 100% vegetal.

As 24 opções de kits já estão disponíveis para venda, podendo ser adquiridas com a entrega programada para a época do Natal. A Seara tem uma operação dedicada de caminhões refrigerados para fazer entrega em todo o Brasil, com frete grátis para qualquer localização. Basta acessar o e-commerce da marca (https://www.searakitfesta.com.br/) ou pelo canal de venda no número 0800 643 4950.

Facebook Tweet LinkedIn Email ShareThis

Segurança é a palavra-chave para quem procura uma instituição financeira. O tema é prioridade para o PicPay, segundo maior banco digital do país, que cuida do dinheiro de mais de 36 milhões de usuários ativos, com funcionalidades únicas para a proteção das contas. Uma delas é o Modo Seguro, que permite ocultar saldos e limitar transações financeiras com base na localização.

A tecnologia é a maior aliada do PicPay nesse assunto. “Nosso compromisso com a segurança vai além das soluções visíveis aos usuários. Trabalhamos com um time dedicado e tecnologias avançadas, como inteligência artificial, para identificar e mitigar riscos em tempo real, assegurando que cada transação seja realizada em um ambiente confiável e seguro”, diz Gabriel Mariotto, diretor de Operações do PicPay.

Modo Seguro

Desenvolvida para oferecer uma camada extra de proteção, a função Modo Seguro usa a localização do cliente sem precisar de redes wi-fi. Dessa maneira, deixa informações, como saldo e investimentos, invisíveis e protegidas fora dos endereços cadastrados por ele, como casa e trabalho. A ferramenta também limita transferências.

Outra funcionalidade do Modo Seguro permite que o usuário deixe o produto visível, mas sem apresentar os valores dos ativos. Isso vale também para contas e saldos de outras instituições financeiras conectadas via Open Finance na experiência, chamada “Conta das Contas”. Se o cliente do PicPay perder ou tiver o celular roubado, sua vida financeira estará mais segura.

Central de Segurança

O Modo Seguro é gerenciado na Central de Segurança, que reúne todas as funcionalidades de proteção do aplicativo com experiência gamificada. Nela, o usuário define o limite diário para transações, cadastra contatos e estabelece limites de transferências. Além disso, ativa a geolocalização e habilita a proteção de acesso e de pagamento por biometria.

Para saber seu “nível” de segurança, o usuário acessa a Central, verifica se a proteção cadastrada é padrão, média ou alta e pode ajustá-la, o que dá mais autonomia a ele. Nesse sentido, a Central também disponibiliza ferramentas que permitem gerenciar e personalizar suas próprias medidas de segurança.

Na Central, o cliente também encontra produtos como Seguro Carteira Digital, Seguro Celular e Seguro Fatura Protegida.

Veja como é fácil e rápido usar a Central de Segurança:

Abra o aplicativo do PicPay;

Toque na sua foto de perfil para abrir o menu;

Entre na Central de Segurança para visualizar e ajustar suas configurações de segurança;

Agora sim, você está mais seguro.

Uso de inteligência artificial para segurança dos usuários

Sempre na vanguarda das inovações para facilitar a experiência financeira de seus clientes, o PicPay lidera ações envolvendo inteligência artificial no setor, sendo pioneiro ao integrar o ChatGPT ao chat do app. A IA opera dentro do aplicativo sem utilizar dados públicos e torna a experiência do usuário mais segura, protegendo os dados dos ativos, analisando riscos, prevenindo fraudes e identificando dispositivos infectados com malwares.

Além das medidas de segurança disponíveis no app, o PicPay tem uma página dedicada ao público geral orientando sobre como evitar golpes, fraudes e qualquer outro problema relativo à segurança. Acesse aqui.

Marfrig faz oferta de R$ 2 bilhões em CRA

10/23/2024 | GLOBO RURAL ONLINE/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

A Marfrig colocou no mercado uma oferta de R$ 2 bilhões em certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) lastreados em debêntures. A operação é securitizada pela Eco Securitizadora e tem rating preliminar AAA(EXP)sf(bra), atribuído pela Fitch. A emissão ocorrerá em quatro séries.

Conforme apurou a reportagem, o objetivo da Marfrig com a operação é fazer a gestão de sua dívida, alongando o prazo médio e reduzindo os custos financeiros. A lógica é trocar dívida mais cara e de curto prazo por dívida mais barata e de longo prazo.

A primeira série de CRA terá prazo de sete anos, com vencimento em 15 de outubro de 2031, e taxa de remuneração de CDI + 0,45% ao ano. A segunda também terá prazo de sete anos e o mesmo dia de vencimento e taxa limitada a maior entre Pré DI 2030 + 0,45% ao ano e 12,75% ao ano. A terceira terá vencimento em 10 anos, com vencimento em 16 de outubro de 2034, e taxa limitada a maior entre NTN-B 2033 + 0,55% ao ano e 6,90% ao ano. E finalmente, a quarta, com vencimento em 15 anos (em 17/10/2039), terá taxa limitada a maior entre NTN-B 2040 + 0,85% ao ano e 7,10% ao ano.

Há possibilidade de lote adicional de até 25% do montante, conforme lâmina da oferta pública. Segundo o documento, a oferta tem lastro em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária. O período de reserva dos títulos vai até 03 de novembro.

Conforme a lâmina da operação, os recursos serão utilizados para pagamento das despesas e custos adicionais relacionados com a oferta cujo pagamento não tenha sido antecipado, reembolsado ou pago pela Marfrig e da integralização das debêntures. Ainda segundo o documento, os recursos obtidos com a subscrição e integralização das debêntures serão utilizados exclusivamente para aquisição de bovinos para abate.

Procurada, a Marfrig não comentou.

A nova oferta de CRA da Marfrig acontece num momento em que a empresa está prestes a engordar o seu caixa em cerca de R$ 6 bilhões. Isso porque, na próxima segunda-feira (28) ocorrerá a transferência dos ativos de bovinos vendidos pelo Marfrig ao Minerva e o pagamento pelas unidades.

A transação entre as duas empresas, anunciada em agosto de 2023, envolve 16 unidades na América do Sul, mas o pagamento, no próximo dia 28, refere-se a 13 delas (11 no Brasil, uma no Chile, uma na Argentina). A razão é que a transferência de três fábricas no Uruguai para a Minerva foi barrada pela Comisión de Promoción Y Defensa de la Competencia (Coprodec), o órgão de concorrência uruguaio. A Minerva entrou com recurso para liberação da transferência, ainda sem resposta.

Mesmo com a venda dos ativos para a Minerva, a alavancagem da Marfrig deve continuar alta, avalia o BTG Pactual, depois de ter feito uma série de estimativas que consideram inclusive a participação em outras companhias, como a BRF. Para o banco, isso deve limitar a alta da ação.

O BTG calculou a alavancagem da companhia de Marcos Molina em dois cenários: como entidade autônoma e também como acionista de duas empresas operacionais, a BRF e a americana National Beef. À dívida líquida de R$ 39,1 bilhões reportada pela Marfrig no segundo trimestre, o banco adicionou R$ 4,6 bilhões de leasing e o FIDC da companhia de R$ 117 milhões, o que eleva a dívida líquida, de maneira ajustada, para R$ 43,8 bilhões.

Veja Mais

Ao excluir a dívida líquida reportada da BRF de R$ 13,2 bilhões, a dívida líquida independente da Marfrig é de R$ 30,7 bilhões, estima o BTG. Isso equivale, segundo o banco, a um índice de alavancagem de 8,9 vezes, com base no Ebitda dos últimos 12 meses somente para a operação de carne bovina. Ao incorporar a participação da Marfrig de 51% na BRF e de 18% no National Beef, a dívida líquida cresce para R$ 37,3 bilhões, com Ebitda de 12 meses em R$ 7,1 bilhões, levando a uma alavancagem de 5,3 vezes.

O banco admite que a venda de 16 unidades de processamento de carne bovina e ovina para a Minerva no Brasil, Uruguai, Argentina e Chile – "avaliadas em um múltiplo significativamente superior ao índice de alavancagem da Marfrig" – proporciona algum alívio. "No entanto, pode não ser suficiente, dependendo de onde as margens operacionais se estabilizarão no futuro", afirma.

Ao considerar a venda para a Minerva, o BTG estima que a dívida líquida da Marfrig no final de 2024 será de R$ 23,4 bilhões, com uma alavancagem independente de 9,4 vezes. Ao adicionar a BRF, a dívida líquida consolidada (proporcional) seria de R$ 29,2 bilhões, resultando em uma alavancagem de 4,1 vezes. "Nosso entendimento é que as margens da carne bovina nos EUA permanecerão sob pressão por mais alguns anos, o que, aliado à expectativa de alguma normalização das margens na BRF em 2025, faria a alavancagem saltar para 4,8 vezes no próximo ano."

A análise do BTG contrasta com a visão mais otimista do Goldman Sachs, que no início da semana calculou que, com os recursos da venda de ativos para o Minerva, a relação entre dívida líquida e Ebitda da Marfrig deve cair de 3,4 vezes para 2,5 vezes. No relatório, aliás, o banco americano iniciou a cobertura do papel, com recomendação de compra e preço-alvo de R$ 18,10.

Já o BTG, embora tenha elevado preço-alvo para o papel de R$ 10 para R$ 17, o que representa um potencial de alta de 19% em relação ao fechamento de ontem, manteve a recomendação neutra para a ação. A reavaliação do preço da ação se deveu à atualização das estimativas para a BRF.

O BTG ressaltou ainda que as ações da Marfrig têm se comportado como uma "proxy derivativa" da BRF. Com a participação da Marfrig na BRF avaliada em R$ 20,6 bilhões e seu valor de mercado em R$ 13 bilhões, o mercado efetivamente atribui um valuation negativo de R$ 7,6 bilhões às operações independentes da Marfrig.

"Se as ações da BRF subirem, as ações da Marfrig provavelmente seguirão com um desempenho ampliado – mas o inverso é igualmente verdadeiro", diz o banco. "A redução da alavancagem ao nível da empresa-mãe deve ser uma prioridade para maximizar o valor para os acionistas. No entanto, as perspectivas são desafiadoras, com o ciclo pecuário dos EUA ainda a anos de distância de uma melhoria e o atual forte ciclo avícola provavelmente mudará mais cedo ou mais tarde."

Para o banco, a boa performance da BRF permitirá a retomada do pagamento de dividendos pela empresa, o que pode ajudar o caixa da Marfrig. O BTG, contudo, acredita que a BRF deve aproveitar o

fluxo de caixa positivo e as margens maiores para reduzir a alavancagem financeira e investir em capex, aumentando a capacidade no Oriente Médio, após anos de investimento abaixo da média.

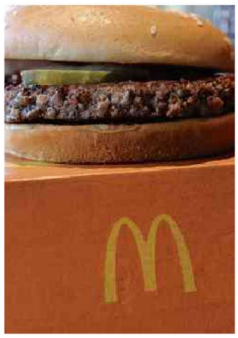
Assumindo um payout de 100% (percentual de distribuição de lucro) em 2024 de no mínimo R$ 3,2 bilhões, o montante direcionado para a Marfrig seria de R$ 1,6 bilhão, o que ajudaria a reduzir a alavancagem financeira da empresa em 7%. No entanto, em termos da holding, a Marfrig recebe apenas o equivalente a sua participação de 51% na BRF em dividendos, mas consolida 100% da dívida por ser controladora, destaca o banco, o que limita o efeito sobre a alavancagem.

Apesar de não ver um risco de liquidez no curto prazo para a Marfrig, o BTG destaca que a alta alavancagem implica um direcionamento de parte significante do fluxo de caixa para o pagamento de juros, o que limita o potencial de criação de valor para os acionistas. “A empresa encerrou o segundo trimestre com um caixa substancial de R$10 bilhões, que aumentará com os recursos da venda de ativos para a Minerva”, disse o BTG.

A empresa de alimentos Sadia lançou um recurso de voz para quem pretende cozinhar, mas não tem tempo para pesquisar receitas em livros ou sites. Trata-se de uma nova funcionalidade da Sadi.a, o chatbot da marca que usa inteligência artificial para in

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: https://valor.globo.com/empresas/marketing/noticia/2024/10/23/a-ginasta-rebeca-andrade-da-receitas-no-chatbot-da-sadia.ghtml



Lanche Quarteirão com Queijo do McDonald's nos EUA Michael M. Santiago/AFP

Ações do McDonald's afundam após contaminação nos EUA

SÃO PAULO As ações do McDonald's voltaram a cair nesta quarta-feira (23), após a divulgação de um surto de E. coli associado a um lanche da rede de fast food.

Os papéis desvalorizaram 5,12% na Bolsa de Nova York nesta quarta-feira (23). Na véspera, as ações da rede de fast food já haviam caído 9,6%.

A performance foi impactada diretamente pela divulgação, pelo CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças), de uma morte, dez hospitalizações e 38 infecções por E.coli após a ingestão do sanduíche Quarterão com Queijo.

Os casos teriam ocorrido entre o fim de setembro e a primeira quinzena de outubro. Todos os pacientes relataram às autoridades que investigam o caso ter comido no McDonald's antes de adoecerem.

De acordo com o CDC, a suspeita é que a cebola usada no lanche tenha sido o responsável pela contaminação, já que o Quarterão é o único produto que leva uma fatia do ingrediente.

A maioria das pessoas afetadas pelo surto estava nos estados do Colorado e Nebraska, disse o CDC. O McDonald's afirmou que retirou temporariamente o Quarterão em quatro estados, incluindo o Colorado, bem como em partes de outros oito estados no Centro-Oeste e Sudoeste dos EUA.

"Levamos a segurança alimentar extremamente a sério e é a coisa certa a fazer", afirmou Cesar Piña, diretor da cadeia de suprimentos da América do Norte do McDonald's.

As descobertas iniciais apontam cebolas fatiadas provenientes de um único fornecedor, que atende três centros de distribuição, explicou Piña.

Com Financial Times

Grandes bancos devem lucrar R$ 28,4 bi no tri

O resultado dos grandes bancos brasileiros no 3- trimestre promete ser positivo. Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Santander devem ter lucro consolidado de RS 28,428 bilhões entre julho e setem

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Sial Paris: Embrapa e ABPA desenvolvem protocolos de rastreabilidade para frango e suíno

23/10/24 10:21

Por Leandro Silveira*

Paris, 23/10/2024 - A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) trabalham no desenvolvimento e implementação de protocolos de rastreabilidade para as cadeias produtivas de frango de corte e suínos. O objetivo é incluir informações desses setores no Sistema Brasileiro de Agrorrastreabilidade. Detalhes da iniciativa foram apresentados pelo presidente da ABPA, Ricardo Santin, durante o Sial Paris, salão internacional de alimentação realizado na França. “Estamos desenvolvendo um selo digital com blockchain, uma certificação que demonstra as práticas de uma cadeia sustentável e integrada”, afirmou Santin.

A demanda por esse projeto partiu da ABPA, que identificou a necessidade de estabelecer requisitos mínimos de rastreabilidade para a exportação de produtos das cadeias de frango e suínos. O projeto prevê a definição de critérios básicos de rastreabilidade e o desenvolvimento de um modelo, que será validado por empresas do setor e cooperativas. Uma iniciativa semelhante já foi realizada pela Embrapa em parceria com a cadeia de algodão.

Três departamentos da Embrapa estão envolvidos no projeto: Embrapa Digital, Embrapa Territorial e Embrapa Aves e Suínos. O trabalho teve início no primeiro semestre deste ano e a expectativa é que seja concluído até o primeiro semestre de 2027. “O projeto está em fase inicial, não temos pressa. É um compromisso com o consumidor, para mostrar as boas práticas que adotamos nas granjas”, acrescentou Santin.

Essa iniciativa ocorre em um momento de incremento das exigências de sustentabilidade e rastreabilidade por parte da União Europeia, sendo a lei antidesmatamento um exemplo claro. Essa legislação pode afetar cadeias produtivas como borracha, cacau, café, carne, madeira, soja, óleo de palma e seus derivados. Assim, as cadeias de frango de corte e suínos estão atentas às novas demandas dos mercados internacionais.

Um impasse com a União Europeia envolve diretamente a indústria de frango de corte desde 2018, quando 20 frigoríficos brasileiros foram proibidos de exportar para o bloco econômico. Apesar de inspeções realizadas entre 25 de fevereiro e 9 de março em algumas dessas unidades, o embargo permanece. “Enviamos nossos comentários em resposta aos pontos levantados pelas visitas de inspeção. As respostas geralmente levam 60 dias, mas não há um prazo determinado para esse processo”, explicou Santin.

Em outra frente, para fortalecer o papel brasileiro no setor, a ABPA e o Conselho de Exportação de Aves e Ovos dos Estados Unidos (Usapeec) renovaram um memorando de cooperação durante o Sial Paris, com a intenção de promover o livre comércio global de produtos avícolas. As duas entidades se comprometem a trabalhar juntas para superar barreiras que afetam o comércio internacional, como protecionismo e questões sanitárias. Santin destacou que Brasil e Estados Unidos são os maiores

produtores e exportadores de carne de aves do mundo.

“Começamos a agir em conjunto na indústria global. Somos os dois motores principais na tentativa de prevenir a criação de barreiras comerciais para os grandes produtores. A proximidade entre Brasil e Estados Unidos facilita a troca de informações e a cooperação em temas comuns”, afirmou Santin.

*Jornalista viaja a convite de BRF/Marfrig

Contato: leandro.silveira@estadao.com

FIM DOS JOGOS DE PARIS

Brasília, 23 - O Ministério da Agricultura busca reforçar a cooperação agrícola com os parceiros do Brics - bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia e Irã. A segurança alimentar é um dos temas debatidos pela 16ª Cúpula do Brics, que ocorre em Kazan, na Rússia.Em nota, o ministério informou que a posição do Brasil na cúpula é reafirmar seu papel de um dos principais fornecedores globais de alimentos e de defesa da cooperação multilateral no enfrentamento da insegurança alimentar e das mudanças climáticas. "O Brasil agora terá adidos agrícolas em todos os países do Brics, tanto nos membros fundadores quanto nos novos integrantes, o que amplia nossa capacidade de negociação e cooperação. Esses profissionais são fundamentais para promover uma agenda agrícola robusta, facilitar o intercâmbio de tecnologias e boas práticas e alinhar os interesses do Brasil com os dos nossos parceiros estratégicos", disse, na nota o secretário de Comércio e Relações Internacionais da pasta, Luis Rua, que participa da cúpula.

Apoio em dobro

0 Banco Mundial anunciou que dobrará seu compromisso com financiamentos ao agronegócio para US$ 9 bilhões por ano até 2030.0 banco acredita que o aumento da produtividade agrícola e de renda ajudará a criar empregos, aumentar as rece

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Agro aperta o cinto nos EUA

Destaques

Agricultores do Meio-Oeste americano fecham as contas da temporada 24/25 com margens negativas, pressionados pelos custos em elevação e pelas quedas nos preços das commodities.

B8 Concorrente do Brasil, g

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Sebo bovino brasileiro é motivo de queixas

Lideranças agrícolas americanas foram até a Casa Branca pedir que as matérias-primas dos EUA sejam priorizadas na fabricação de combustíveis renováveis no país, na tentativa de elevara demanda por milho. N

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Preços ao produtor tiveram alta de 3,3%

Conjuntura

Preços ao produtor tiveram alta de 3,3%

0 índice de Preços ao Produtor de Grupos de Produtos Agropecuários (IPPA/Cepea) subiu 3,3% de agosto a setembro. Houve altas em todos os grupos, como na pe

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Produtividade da cana cai 16,4%

valor.com.br/agro
Safra 2024/25
Produtividade da cana cai 16,4%
A produtividade da cana no Centro-Sul caiu 16,4% em setembro, para 69,7 toneladas por hectare, segundo o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC).

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Justiça aceita pedido de recuperação judicial do Grupo Terra Fértil, de MT

Grãos

B7 Terra Fértil tem aval para recuperação

Grãos

O juiz Renan Carlos Leão Pereira do Nascimento, da 4a Vara Cível de Rondonópolis, no Mato Grosso, deferiu o pedi

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

FMI piora previsões de dívida e só vê superávit em2027

O Fundo Monetário Internacional (FMI) piorou suas projeções para a dívida bruta brasileira em 2024 e nos próximos cinco anos. Nas estimativas do Fundo, o indicador vai subir de 84,7% do PIB em

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Banco Mundial sugere imposto seletivo elevado

Estudo do Banco Mundial defende que o governo federal implemente alíquotas altas para o Imposto Seletivo que vai incidir sobre tabaco, álcool e bebidas açucaradas, de forma a incentivar a redução do con

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Funcionários da Enel fazem reparos na rede elétrica em São Paulo Felipe Iruatã - 18.out.24/Folhapress

Para analistas, Enel não deve desistir de contrato, e governo terá dificuldade em rompê-lo

Apesar de apagões e da demora em restituir a energia, empresa tem índices dentro do aceitável nos indicadores que são levados em conta

Alexa Salomão

SÃO PAULO Advogados, gestores e analistas do mercado financeiro, especializados no setor de energia, ainda não visualizam mudanças drásticas na concessão de distribuição em São Paulo. A percepção geral é que são remotas as chances de a Enel sair por conta própria ou a União conseguir tomar a concessão seguindo os ritos regulatório e contratual. Para levar adiante o fim da concessão, o governo vai precisar ter fortes argumentos técnicos e ser muito cauteloso para não elevar a percepção de aumento de risco regulatório no Brasil.

Na segunda (21), a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) intimou a Enel argumentando que houve "descumprimento do plano de contingência" acertado para reestabelecer a energia em caso de evento climático extremo, ocorrendo, assim, "reincidência quanto ao atendimento insatisfatório aos consumidores".

A caducidade é uma medida extrema, para ser aplicada quando há clara demonstração de que a empresa é incapaz de fornecer o serviço dentro do acertado em contrato, e este perde a validade. Mesmo estabelecida na regulação, nunca foi adotada no Brasil.

O grupo Enel é considerado um colosso na área de energia e está presente em 28 países. A operação local, que inclui negócios de geração (hidrelétrica, solar e eólica) e distribuidoras em São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará, confere ao Brasil uma participação relevante nos resultados da companhia em nível internacional.

Os dados disponíveis em balanço mostram que, no primeiro semestre deste ano, em relação ao resultado do grupo no mundo, a operação no Brasil representou 23% da base de clientes, 13% dos investimentos e contribuiu com quase 10% do Ebitda (sigla em inglês para Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization, indicador que mostra qual foi o lucro de uma empresa antes de descontar juros, impostos, depreciação e amortização).

Quando se avalia o país em relação ao continente, o peso é ainda maior. Na Enel Americas, o Brasil respondeu por 71% da base de clientes, 74% dos investimentos e 58% do Ebitda.

Profissionais do mercado financeiro que preferem não ter o nome citado na reportagem afirmam que, diante desses resultados, não conseguem ver interesse da Enel em sair da concessão em São Paulo, uma espécie de mercado premium na região.

Há outro componente para sustentar essa análise: a Enel nasceu e cresceu como uma estatal. Abriu o capital no final dos anos 1990, mas o Estado mantém 23,6% das ações e boa dose de influência na companhia. Seus movimentos são qualificados como menos agressivos que uma companhia privada —se a situação financeira é estável, costuma evitar mexidas.

Não faltariam empresas interessadas em atender as quase 8 milhões de unidades consumidoras dos 24 municípios da região metropolitana de São Paulo que estão sob a gestão da Enel. No entanto, segundo analistas, entre as companhias de capital aberto que atuam no Brasil com resultados financeiros disponíveis, apenas a CPFL teria bala na agulha e capacidade operacional para assumir um negócio desse porte.

A chance de a empresa desistir da concessão é tratada como muito remota. Ainda assim, caso isso ocorra, não é prevista uma multa no contrato entre Enel e governo, e seria preciso definir uma forma de compensação. O que se avalia é que o governo ainda teria de ressarcir a empresa pelos investimentos realizados nos ativos da concessão.

Advogados ouvidos pela Folha reforçam que, pelos critérios atuais, a Enel SP cumpre os indicadores de qualidade que medem tempo no escuro e frequência de quedas de luz —tecnicamente, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

A Enel Brasil afirmou que apresentou ao governo brasileiro um plano de investimento de 2024 a 2026 de R$ 20 bilhões (US$ 3,7 bilhões) —80% destinado à distribuição— e que esse plano demonstra o compromisso do grupo com a concessão.

Após chuva em São Paulo, 56,8 mil imóveis ficam sem energia na cidade

O CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas) da Prefeitura de São Paulo colocou toda a cidade em estado de atenção para alagamentos por volta das 18h desta quarta-feira (23). Às 19h20, toda a capital já estava sem risco.

Às 20h, boletim divulgado pela Enel afirmava que a capital contava com 56.839 imóveis sem energia elétrica. Às 16h55, o número estava em 15.129, às 17h56, em 30.178, e, às 18h55, 52.743, mostrando os cortes de energia provocados pela chuva. Nas redes sociais, moradores do centro, Limão, Vila Maria, Vila Mariana, Belenzinho, Mooca, Sacomã, Vila Prudente, Itaquera e Pinheiros reclamaram da queda da energia.

Agências reguladoras **Pressão**

Dirigentes confiam no Senado para barrar interferências

Presidente Lula e ministro de Minas e Energia têm feito críticas frequentes aos órgãos na esteira dos apagões em SP

LUIZ ARAÚJO
BIANCA LIMA
BRASÍLIA

Os presidentes das agências reguladoras acompanham atentos as sinalizações de que o governo federal poderá propor mudanças na dinâmica de nomeação de suas diretorias. Ao *Estadão/Broadcast*, os dirigentes disseram confiar na maturidade institucional das autarquias e apostam que o Senado barraria eventuais propostas que firam independência dos órgãos.

Hoje, a lei das agências confere aos senadores a prerrogativa de aprovar as indicações do Executivo às autarquias. Os mandatos das diretorias colegiadas têm duração de cinco anos e são "não coincidentes" – ou seja, o presidente da República eleito tem de conviver, por um período, com diretores que não escolheu.

O mecanismo, contudo, tem sido alvo de críticas frequentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira. O tema foi amplificado após o apagão em São Paulo, que tornou públicas as rusgas entre o governo e a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Entre as propostas de mudança cogitadas, estaria sendo analisada a adoção de avaliações periódicas de desempenho dos diretores, com critérios que poderiam levar, no limite, à demissão dos nomeados. A informação foi revelada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

'PREOCUPAÇÃO SELETIVA'. Um dos presidentes ouvidos pela reportagem se disse "estarrecido" com o fato de a preocupação com desempenho só se aplicar às agências, enquanto que ministros e executivos de estatais não precisariam se submeter ao mesmo crivo, o que demonstraria uma preocupação "seletiva" com o desempenho das lideranças no setor público.

Ataque
O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem acusado as agências de ceder a lobbies setoriais

Outro diretor diz que essa metodologia de avaliação afetaria diretamente a dinâmica que se espera desses órgãos. Segundo ele, as agências têm um modelo formatado em "eixos de autonomia e independência". E um dos fatores primordiais para garantir esse sistema, lembra ele, é a troca não coincidente com a equipe do Executivo, já que isso garantiria o caráter de Estado das autarquias, e não de governo.

Os diretores dizem que, além do respaldo que viria do Senado, contra eventual proposta de mudança na lei das agências, pesaria também a pressão do mercado financeiro. O presidente de outra agência frisa que um ambiente regulatório "previsível e com segurança jurídica é o que atrai investimentos de longo prazo".

A certeza de o Senado blindará as agências de mudanças na lei não existe em relação à Câmara dos Deputados, onde o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), tem externado incômodo com o funcionamento dessas autarquias. Segundo Lira, as agência teriam sido cooptadas por lobbies setoriais. Um argumento "distorcido" na visão de dirigente ouvido pela reportagem, que diz que a preocupação deveria ser proteger os órgãos da "influência política maléfica".●

Estados triplicam benefícios fiscais em dez anos; 2025 terá R$ 267 bi

Incentivos acentuam desigualdades regionais e criam concorrência desleal, diz estudo

Os governos estaduais deixarão de arrecadar R$ 267 bilhões no ano que vem com a concessão de benefícios fiscais, o triplo do valor registrado em 2015 (R$ 87,9 bi), já corrigido pela inflação. Os dados são da Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital).

Para a entidade, os incentivos acentuam desigualdades regionais e criam concorrência desleal entre empresas. "Como São Paulo distribui benefícios? Estão no entorno da capital, em Campinas, Ribeirão Preto", diz o economista Juliano Goularti, autor do estudo da Fenafisco.

O levantamento mostra salto nos valores a partir de 2022, quando incentivos considerados inconstitucionais foram legalizados. A reforma tributária definiu transição que os reduz a partir de 2029. Em 2033, todos acabam, com exceção da Zona Franca de Manaus. **Mercado A19**

Benefícios fiscais estaduais triplicam em dez anos e somam R$ 267 bilhões

Estudo da Fenafisco afirma que incentivos não reduziram desigualdades regionais, beneficiaram áreas mais ricas e criaram concorrência desleal entre empresas

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Os governos estaduais vão abrir mão de R$ 267 bilhões em 2025 com a concessão de benefícios fiscais. O valor é praticamente o triplo do registrado há dez anos, considerando a correção dos números pela inflação.

Os dados fazem parte de estudo inédito que será divulgado pela Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) nesta quinta-feira (24), com base nos dados informados pelos estados nas suas leis de diretrizes orçamentárias.

A entidade diz que os incentivos não contribuíram para o desenvolvimento regional. Ao contrário: aumentaram desigualdades, beneficiando regiões mais ricas, que já atrairiam mais investimentos de qualquer maneira. Metade dos benefícios está no Sudeste.

Outros problemas apontados são a ausência de repasse do benefício para os preços e a redução de recursos para saúde, educação e segurança, pois o principal imposto estadual, o ICMS, tem aplicação obrigatória nessas áreas.

Além disso, para compensar a perda de arrecadação, que correspondeu a 21% das receitas em 2023, os estados cobram mais tributos dos demais contribuintes.

"Alguém tem de pagar a conta. Geralmente quem tem incentivo são grandes corporações. Como é que a pequena e a média empresa sobrevivem com essa concorrência desleal?", diz Francelino Valença, presidente da Fenafisco.

O economista da Unicamp (Universidade de Campinas) Juliano Goularti, autor do estudo em conjunto com a historiadora Talita Alves de Messias, afirma que essas políticas também geram um desenvolvimento econômico desigual dentro dos estados.

"Como São Paulo distribui benefícios? No entorno da capital, em Campinas, Ribeirão Preto, Santos, municípios que concentram incentivo fiscal. A finalidade é desenvolvimento econômico, mas há distribuição desigual."

Goularti estima que as renúncias sejam mais elevadas do que o informado, pois os estados revisam o dado da arrecadação quando ela supera o estimado no orçamento, mas não há atualização em relação aos incentivos.

O estudo mostra também um salto nos valores a partir de 2022. Para o economista, isso pode ser explicado pela mudança na legislação que legalizou benefícios considerados inconstitucionais, desde que fossem divulgadas informações sobre a renúncia e seu impacto orçamentário.

Essa legislação previa o fim dos incentivos regionais em 2032. A reforma tributária criou uma transição que reduz esses benefícios a partir de 2029. Em 2033, todos serão extintos, com exceção da Zona Franca de Manaus. No novo sistema, os benefícios só podem ser aprovados pelo Congresso e devem ser os mesmos em qualquer lugar do país.

Também está prevista a criação de fundo de desenvolvimento regional para que os estados possam investir para atrair empresas e melhorar sua infraestrutura. Será uma despesa de até R$ 60 bilhões por ano, cerca de 25% do custo das atuais desonerações.

O presidente da Fenafisco diz que a reforma acaba com a guerra fiscal, mas mantém em nível nacional incentivos que não se traduziram totalmente em vantagens para o consumidor, como a desoneração da cesta básica. Além disso, facilita lobbies, já que será necessário convencer só o Congresso para obter vantagem para o setor no país, em vez de bater à porta de cada governador.

Para a entidade, a extinção dos benefícios prevista para 2033 não afasta a necessidade de reavaliação e maior transparência das políticas atuais, destacando os problemas enfrentados pelos pesquisadores para obter os dados.

O recorte setorial, por exemplo, mostra que a indústria responde por 38% das renúncias fiscais, seguida pelo comércio/serviços (20%) e agricultura (17%) —25% não são informados e podem ir para qualquer um desses setores.

A modalidade mais utilizada é o crédito presumido (41%), principal instrumento da guerra fiscal, seguido pela redução de base de cálculo (22%) e isenção fiscal (6,7%), essa focada na cesta básica. Aqui também há uma parcela relevante que não é identificada a partir das informações públicas.

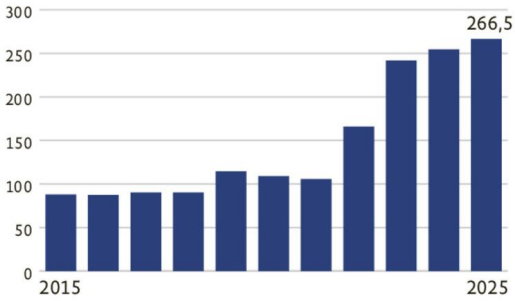
Segundo o estudo, é imprescindível avançar em direção a uma maior transparência nas políticas de renúncia fiscal, de forma a divulgar não apenas os setores ou programas envolvidos, mas também beneficiários diretos.

Lalo de Almeida - 5.ago.18/Folhapress

Trabalhadores na Zona Franca de Manaus, único incentivo regional que não será extinto na reforma tributária

Renúncia fiscal dos estados brasileiros

Em R$ bilhões (valores atualizados)



Fonte: Febrafite / GOULARTI, Juliano Giassi; MESSIAS, Talita Alves de. (Org.) Relatório final de trabalho: projeto de pesquisa sobre a política de incentivos fiscais de ICMS dos estados brasileiros

Lula defende no Brics novo meio de pagamento

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que “é chegada a hora de avançar na criação de meios de pagamento alternativos para transações” entre os países do Brics. A afirmação foi feita em participaçã

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Atividade economica contrai 3,8% em agosto

A atividade econômica na Argentina caiu 3,8% ao ano em agosto, marcando o terceiro mês consecutivo de queda num cenário de paralisia da economia argentina.
“Projetamos um ano muito ruim, porque essa é a

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Atentado deixa 5 mortos na Ttirquia

Dois atiradores mataram ontem 5 pessoas e feriram outras 22, após invadirem a sede da Turkish Aerospace Industries, em Ancara, capital da Turquia. "Dois terroristas foram neutralizados no ataque", disse o ministr

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Crédito extraordinário pode ser usado também para medidas de mitigação das alterações do clima e enfrentamento às consequências de eventos extremos

23/10/2024 às 11:29

Compartilhar matéria Copiar Link

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) publicou Medida Provisória (MP) nesta quarta-feira (23) que abre crédito extraordinário de R$ 5 bilhões para financiar ações de contenção das mudanças climáticas e de adaptação a elas.

De acordo com a MP, o valor poderá ser usado também para iniciativas de enfrentamento às consequências sociais e econômicas de calamidades públicas.

Leia Mais
Governo lança plataforma para atrair investimentos para economia verde do Brasil
Nos Brics, Lula pede fim de conflitos e enfrentamento a questões do clima
Ingleses esperam que universidades resolvam questões climáticas, mostra pesquisa

Os créditos extraordinários são verbas adicionais para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como aquelas decorrentes de guerra ou calamidade pública.

A verba para a abertura de um crédito extraordinário pode ser retirada do superávit financeiro do ano anterior, de um possível excesso de arrecadação ou da anulação de despesas previstas no orçamento.

Neste ano, o Brasil sofreu com a incidência de eventos climáticos extremos. As enchentes de abril no Rio Grande do Sul; as queimadas que atingiram quase todos os estados da federação; e a estiagem prolongada motivaram a abertura de diversos créditos extraordinários e a exigência da criação de planos de prevenção.

No início de novembro, será realizada a 29ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP29) no Azerbaijão. O evento deve contar com a presença de Lula.

Segundo o Itamaraty, o Brasil e outros países em desenvolvimento vão exigir a definição de uma nova meta de financiamento para ações contra a mudança do clima advindo de países desenvolvidos.

É preciso criar mecanismos para combater assédio, diz Macaé Evaristo

Tópicos Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) Mudanças climáticas

Brasil estrutura fundo de US$ 125 bi para florestas em pé

O Brasil está promovendo em todos os fóruns internacionais relacionados a clima e biodiversidade um mecanismo financeiro inovador para ajudar a conservar florestas tropicais. O Tropical Fore

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

O governo federal anunciou nesta quarta-feira (23/10) o lançamento da Plataforma de Investimentos em Transformação Climática e Ecológica do Brasil (BIP). A ferramenta ajudará o Brasil a avançar em metas de desenvolvimento e clima.

Leia também

Segundo comunicado do BNDES, que ficará responsável pela secretaria do BIP, o programa busca expandir e otimizar os investimentos de transição energética, de todas as fontes, em apoio ao Plano de Transformação Ecológica do governo em setores-chave, servindo de exemplo para outros países que buscam integrar suas transformações ecológicas e metas climáticas em pipelines de investimentos concretos.

“Acreditamos que podemos replicar o sucesso e a liderança do Brasil em investimentos em energia renovável para todos os setores selecionados, posicionando o país na vanguarda dos investimentos em transição climática”, disse, em comunicado, Aloizio Mercadante, presidente do BNDES.

A BIP trabalhará com fundos e programas públicos existentes, como o Restaura Amazônia, bem como com iniciativas parceiras, incluindo o Laboratório de Investimentos da Natureza do Brasil – uma iniciativa liderada pelo setor privado que desenvolve recomendações regulatórias e políticas, modelos de negócios e uma abordagem consistente para projetos de soluções baseadas na natureza no Brasil – e o programa Acelerador de Transição Industrial (ITA) Brasil – uma iniciativa projetada para ajudar a avançar um portfólio de projetos da economia real para superar os desafios da descarbonização em setores-chave com altas emissões.

A BIP também buscará parcerias com bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) e fundos ambientais e climáticos para financiar tecnologias emergentes e desenvolver estruturas de financiamento inovadoras.

“A Plataforma Brasil de Investimento Climático e para a Transformação Ecológica é um dos resultados da Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima, inovação trazida pela presidência brasileira do G20”, disse Marina Silva, ministra de Meio Ambiente e Mudança Climática.

“Será essencial para a implementação do Plano Clima, atraindo investimentos de outros países para acelerar e dar escala à descarbonização da economia brasileira”, acrescentou.

A plataforma lançada nesta quarta-feira também tem o apoio da Bloomberg Philanthropies, a Aliança Financeira de Glasgow para o Net Zero (Gfanz), e o Fundo Verde para o Clima (GCF).

Investimento climático atual não é suficiente

O financiamento climático atual não é suficiente para limitar as mudanças climáticas e atingir as metas globais de redução de emissões, alerta um novo relatório divulgado ontem pela Organização Mundial

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Sial Paris: Embrapa e ABPA desenvolvem protocolos de rastreabilidade para frango e suíno

23/10/24 10:21

Por Leandro Silveira*

Paris, 23/10/2024 - A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) trabalham no desenvolvimento e implementação de protocolos de rastreabilidade para as cadeias produtivas de frango de corte e suínos. O objetivo é incluir informações desses setores no Sistema Brasileiro de Agrorrastreabilidade. Detalhes da iniciativa foram apresentados pelo presidente da ABPA, Ricardo Santin, durante o Sial Paris, salão internacional de alimentação realizado na França. “Estamos desenvolvendo um selo digital com blockchain, uma certificação que demonstra as práticas de uma cadeia sustentável e integrada”, afirmou Santin.

A demanda por esse projeto partiu da ABPA, que identificou a necessidade de estabelecer requisitos mínimos de rastreabilidade para a exportação de produtos das cadeias de frango e suínos. O projeto prevê a definição de critérios básicos de rastreabilidade e o desenvolvimento de um modelo, que será validado por empresas do setor e cooperativas. Uma iniciativa semelhante já foi realizada pela Embrapa em parceria com a cadeia de algodão.

Três departamentos da Embrapa estão envolvidos no projeto: Embrapa Digital, Embrapa Territorial e Embrapa Aves e Suínos. O trabalho teve início no primeiro semestre deste ano e a expectativa é que seja concluído até o primeiro semestre de 2027. “O projeto está em fase inicial, não temos pressa. É um compromisso com o consumidor, para mostrar as boas práticas que adotamos nas granjas”, acrescentou Santin.

Essa iniciativa ocorre em um momento de incremento das exigências de sustentabilidade e rastreabilidade por parte da União Europeia, sendo a lei antidesmatamento um exemplo claro. Essa legislação pode afetar cadeias produtivas como borracha, cacau, café, carne, madeira, soja, óleo de palma e seus derivados. Assim, as cadeias de frango de corte e suínos estão atentas às novas demandas dos mercados internacionais.

Um impasse com a União Europeia envolve diretamente a indústria de frango de corte desde 2018, quando 20 frigoríficos brasileiros foram proibidos de exportar para o bloco econômico. Apesar de inspeções realizadas entre 25 de fevereiro e 9 de março em algumas dessas unidades, o embargo permanece. “Enviamos nossos comentários em resposta aos pontos levantados pelas visitas de inspeção. As respostas geralmente levam 60 dias, mas não há um prazo determinado para esse processo”, explicou Santin.

Em outra frente, para fortalecer o papel brasileiro no setor, a ABPA e o Conselho de Exportação de Aves e Ovos dos Estados Unidos (Usapeec) renovaram um memorando de cooperação durante o Sial Paris, com a intenção de promover o livre comércio global de produtos avícolas. As duas entidades se comprometem a trabalhar juntas para superar barreiras que afetam o comércio internacional, como protecionismo e questões sanitárias. Santin destacou que Brasil e Estados Unidos são os maiores

produtores e exportadores de carne de aves do mundo.

“Começamos a agir em conjunto na indústria global. Somos os dois motores principais na tentativa de prevenir a criação de barreiras comerciais para os grandes produtores. A proximidade entre Brasil e Estados Unidos facilita a troca de informações e a cooperação em temas comuns”, afirmou Santin.

*Jornalista viaja a convite de BRF/Marfrig

Contato: leandro.silveira@estadao.com

Diferencial de taxas entre dívida de menor e de maior risco tem nível mais alto em 7 anos

Debêntures

C2 Amazônia Legal e o alto risco na lei antidesmate

0Parlamento Europeu deverá votar em sua sessão de 13-14 de novembro o adiamento por um ano

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Desafios do G20 no financiamento climático

Capital privado é essencial para transição em emergentes. Por Luciana Ribeiro e Vaishali Sinha

Amedida que o mundo se prepara para a COP29 em Baku, em novembro deste ano, as atenções se voltam para o pap

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

Governo planeja anunciar amanhã acordo de Mariana

Mineração

O governo está organizando para esta sexta-feira (25) o anúncio do acordo com as mineradoras Vale, BHP e Samarco para que as empresas paguem uma indenização pela tragédia de Mariana (MG)

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}

PF contra queimadas

A Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Dracarys que mira uma rede criminosa envolvida em desmatamentos e queimadas ilegais na região sul do Amazonas, nas cidades de Boca do Acre e Pauini. De acordo com a PF, as investigaçõe

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: http://www.valor.com.br/busca/{0}